

RQ 708 /2011

**REQUERIMENTO nº**  
**(Da Sra. Deputada Rejane Pitanga)**

Ao Setor do Protocolo Legislativo para registro, e em seguida

à ASSP Em 6/9/2011

*pl Teuzza Costa*  
Teuzza Costa Lima

Chefe da Assessoria de Plenário e Distribuição  
Matr. 10694-34

**Requer a realização de Audiência Pública no dia 09 de agosto de 2.012, às 19 horas, no Plenário desta Casa, para "Discussão de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Distrito Federal".**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.**

Nos termos regimentais, requero a realização de Audiência Pública no dia 09 de agosto de 2.012, às 19 horas, no Plenário desta Casa, para "Discussão de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Sexual Contra a Mulher no Distrito Federal".

Setor Protocolo Legislativo

RA nº 708 /2011

Folha Nº 01 Bela

**JUSTIFICAÇÃO**

A violência praticada contra as mulheres atravessa os séculos e alcança a todas independente de sua raça, classe social, orientação sexual ou religiosidade.

Embora ainda tenhamos um baixo número de denúncias, o registro tem crescido ultimamente.

Segundo a pesquisa "Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil", realizada pelo INSTITUTO AVON/IPSOS, entre 31 de janeiro e 10 de fevereiro de 2.011, seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica; machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que contribuem para a violência. Aponta ainda, que 52% acham que juízes e policiais desqualificam o problema.

Já a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010 indica que 91% dos homens dizem considerar que "bater em mulher é errado em qualquer situação"; uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido alguma vez "algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido" e que o parceiro (marido ou namorado) é o responsável por 80% dos casos reportados.

No Distrito Federal a realidade não é diferente. Dados estatísticos da Polícia Civil do Distrito Federal, a pedido da reportagem do Correio Brasiliense revelam que as vítimas estão cada vez mais dispostas a sair do ciclo de violência e punir o marido ou companheiro agressor. Somente no primeiro semestre deste ano, 1132 mulheres se encorajaram a denunciar o companheiro e tiveram inquérito instaurados pela DEAM.

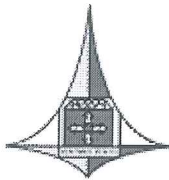
A cada dia na unidade policial, a média é de pelo menos seis mulheres vítimas de violência doméstica.

DATA RESERVADA NA AGENDA  
GERAL DE EVENTOS: 9/8/12  
HORA: 19h LOCAL:

Paulo Barbosa Pacheco  
Assistente Legislativo - Cerimonial

Mat.: 11.680-40

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIB. 01/Set/2011 16:04



A quantidade de queixas é ainda maior por telefone. Com medo de se exporem, as mulheres têm utilizado a Central de Atendimento à Mulher, pelo Disque 180, para relatar a violência sofrida.

No primeiro semestre de 2010, foram mais de sete mil ligações no Distrito Federal. Dessas, 1.333 eram para denunciar violência doméstica; 707, agressões físicas; 393, violência psicológica; 199, violência moral; 12, patrimonial; e oito denúncias de crime sexual. O índice é de uma ligação a cada hora

Esse aumento das denúncias demonstra um maior envolvimento da sociedade acerca do tema, fortalecimento da rede de atendimento e também o maior empoderamento das mulheres no nosso país.

Das ligações feitas ao Ligue 180, 267 ligações a cada 50 mil mulheres é do DF, o que corresponde a mais de 7 mil ligações no período em referência.

Estamos longe de erradicar esse mal que prejudica as mulheres e toda a sociedade, o silêncio, a discriminação, a impunidade, a dependência econômica das mulheres em relação aos homens, agravam a violência para as mulheres.

Mas aos poucos as vitórias surgem. No Brasil, um exemplo disso, foi a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei Nº11.340/2006), que prevê penas mais duras para os agressores. Também foi criado o Fórum Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra Mulheres.

Em dezembro de 2010, o GDF assinou junto ao Governo Federal, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O documento celebra um acordo federativo que visa integrar políticas públicas de combate à violência contra mulheres.

Recentemente, o Ministério da Saúde inclui violência doméstica e sexual na lista de notificação obrigatória (ABR), portanto, todos os profissionais de saúde estão obrigados a notificar as secretarias municipais ou estaduais de saúde sobre qualquer caso de violência doméstica ou sexual que atenderem ou identificarem.

Essas iniciativas são importantes para discutir a situação de violência vivida pelas mulheres, as políticas existentes no país e os desafios para transformar o combate e a prevenção à violência contra as mulheres como um objetivo permanente da sociedade, com o apoio de toda a sociedade Civil Organizada.

A propositura da Audiência para "Discussão de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Distrito Federal, se soma ao esforço para por um fim ao problema, construindo meios para que a violência sequer chegue a acontecer e isso passa necessariamente por fortalecer as mulheres, garantir autonomia e liberdade para todas.

Diante do exposto é que contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do referido requerimento.

Sala de Sessões...

  
REJANE PITANGA

Deputada Distrital – PT/DF

Setor Protocolo Legislativo  
RA Nº 708 / 2011  
Folha Nº 02 Bete